



## Editorial

Este número da revista *Direito & Justiça* dedica-se à reflexão acerca do papel dos direitos fundamentais no sistema jurídico, tanto em relação aos principais problemas da dogmática quanto da sua instrumentalidade.

Diante da complexidade das relações jurídicas observadas na sociedade contemporânea, os artigos tratam dos principais problemas dos direitos fundamentais para o ordenamento jurídico.

Quando são enfrentadas questões acerca desse tema, um ponto de partida necessário é a perspectiva interdisciplinar da ciência jurídica.

Nesse sentido, o presente número apresenta os seguintes artigos: *Uma análise de John Rawls e o cosmopolitismo a partir da obra de Immanuel Kant* de Felipe Macedo Couto e Renato Gomes de Araujo Rocha; *O direito como condição humana: uma compreensão extensiva de Arendt* de Guilherme Camargo Massaú; *Revisando a teoria “dimensional” dos direitos fundamentais* de Italo Roberto Fuhrmann; *Una aproximación jurídica a la toma de decisiones en los conflictos en salud* de Jorge Nicolás Lafferriere; *O processo de integração do MERCOSUL: particularidades e atualidades* de Mariza Giacomini Lozer Patrício; *Comunidade Marambaia e Índios Kaiowá-Garani: Discussão acerca de minorias étnicas e sua integridade cultural com base em decisões de demarcação dos territórios* de Maria Graciele Silveira Santos Silva, Laryssa Graziella Rocha Batista de Souza e Maria Sueli Rodrigues de Sousa; *Política judiciária e processo eletrônico: eficácia socioeconômica* de Bárbara Guasque e Cinthia O. de A. Freitas; *O desenvolvimento nacional sustentável como finalidade legal da licitação e seu conteúdo* de Daniel Ferreira e Júlio Henrique Santos Kasper; *O plágio acadêmico como um problema ético, jurídico e pedagógico* de Lívia Haygert Pithan e Tatiane Regina Amando Vidal; *O sistema penitenciário brasileiro como índice e medida do grau de civilização nacional* de Paulo César Corrêa Borges e João Vitor Mello de Oliveira Guimarães; *Prova penal* de Ana Paula Furlan Teixeira; e, para finalizar, *A imparcialidade do juiz criminal enquanto ausência de causas de impedimento ou de suspeição* de Fabrício Dreyer de Ávila Pozzebon.

Desse modo, a pluralidade temática dos textos significam uma abertura do sistema jurídico diante dos novos desafios exigidos em nosso tempo.

Porto Alegre, fevereiro de 2013.